



Câmara Municipal de Porto Alegre

02761/17

COM

17/10/2017

AUTOR: MONTEBRAS MONTAGENS ELETRICAS LTDA.

EMENTA: ENCAMINHA RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A
DECISAO QUE JULGOU HABILITADA A EMPRESA STECKERT
ENGENHARIA LTDA-EPP, NA TOMADA DE PRECOS Nº 05/2017,
PROCESSO N º 1638/2017



MONTEBRAS

montagens elétricas Ltda.

246117
Câmara Municipal de POA 17/OUT/2017 14:56 000003579



À
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
Comissão Especial de Licitação
Att. da Presidente
Sra. SIMONE VICARI TARASCONI

OBJETO: **Recurso Administrativo**
Tomada de Preços n.º 05/2017
Processo n.º 1638/2017
REQUERENTE: **Montebras Montagens Elétricas Ltda.**

MONTEBRAS MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA., abaixo assinada, através de seu representante legal, o sócio-administrador e engenheiro eletricista, Sr. JONAS CELSO CESCO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 97.495.550/0001-60, com inscrição estadual sob o n.º 054/0022306, estabelecida no município de Getúlio Vargas (RS), à Rua Irmão Gabriel Leão n.º 1190, distrito industrial, vem, respeitosamente, interpor, hábil e tempestivamente, o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, sob o amparo da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, com base nas seguintes argumentações de fatos e fundamentos legais:

I – DOS FATOS:

A abertura dos envelopes n.º 01 – “Documentos de Habilitação”, para análise e julgamento, ocorreu no dia 29 de setembro de 2017, às 9:30hs, ocasião em que foi verificada a conformidade da documentação apresentada pelas empresas participantes do certame, através da Comissão Permanente de Licitações e dos representantes das empresas

Após a análise efetuada pelos participantes da reunião de abertura dos envelopes n.º 01, foram feitas colocações e ponderações a respeito da documentação apresentada pelas empresas participantes do processo licitatório, conforme entendimento dos participantes da reunião.

De acordo com a Comissão Especial de Licitação, a documentação das empresas seria analisada posteriormente com comunicação da decisão através do site da Câmara e no Diário Oficial de Porto Alegre.

Após a análise efetuada pela Comissão, foi publicada a decisão e julgamento, conforme Ata da Reunião e Publicação no diário oficial, o que a nosso juízo ocorreu de forma equivocada, no que se refere à empresa STECKERT ENGENHARIA LTDA-EPP, pelo fato de que a mesma deixou de atender integralmente as condições editalícias.

O representante da empresa recorrente, Sr. ADEMIR ANTONIO BORTOLOTTI, devidamente credenciado para tal, junto a este certame licitatório, solicitou vistas à documentação apresentada pelas empresas participantes, e constatou que não houve o cumprimento do estabelecido no Edital, por parte da empresa STECKERT ENGENHARIA LTDA-EPP, conforme será descrito a seguir:

A empresa STECKERT ENGENHARIA LTDA-EPP., deixou de apresentar documento solicitado no edital – Qualificação Técnica - Itens 5.1.4.2.1 e 5.1.4.2.2.

Vejamos a redação do Edital:

5.1.4.2.1 – Será considerada compatível com a prestação de serviços objeto desta licitação, a execução de projeto de central geradora fotovoltaica para geração de energia elétrica sobre estrutura metálica elevada em área de no mínimo 100m² e com capacidade instalada de 100kwp.

5.1.4.2.2 – Caso a execução do(s) serviço(s) *não esteja(m) registrada(s) na CAT, esta deverá ser complementada mediante a apresentação do respectivo Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA. (GRIFO NOSSO)*

Está bem comprovado e caracterizado o descumprimento de item de extrema importância e solicitado no edital, tendo em vista que a empresa STECKERT ENGENHARIA LTDA-EPP, na sua documentação técnica apresentou somente certidão de acervo técnico (conforme folhas 230 e 231 do processo), sem registro e especificação da metragem instalada, ou seja, deixou de apresentar o atestado de capacidade técnica constando a metragem instalada, com o respectivo registro do mesmo junto ao CREA.

Somos sabedores que, para a comprovação da capacitação técnica, conforme descreve a Lei das Licitações, ratificada pela redação do Edital, deve-se apresentar a documentação solicitada em absoluta conformidade com o solicitado, caso que não ocorreu com a empresa STECKERT ENGENHARIA LTDA-EPP, como podemos observar:

Para que possamos dar continuidade no raciocínio da recorrente, devemos ter como parâmetro os serviços e os equipamentos que serão empregados na execução do objeto em questão e os serviços de maior complexidade de execução.

Além de não apresentar o atestado de capacidade técnica solicitado, não está bem definida e caracterizada a instalação de estrutura metálica elevada compatível com o objeto licitado, pois a descrição constante da CAT apresentada pela empresa é genérica, tendo em vista que em todos os sistemas instalados em telhados, independentemente do tipo de telhado, há a necessidade de instalação de uma estrutura metálica elevada, para a fixação das placas solares, e também, em alguns casos, para estabelecer o grau de inclinação e a orientação, para a melhor eficiência da geração.

Diferentemente, o objeto da licitação, não se refere apenas a uma estrutura metálica elevada, e sim à instalação de sistema de geração de energia, tipo estacionamento, tecnicamente denominada CARPORT, salientando-se que no Memorial Descritivo que é um anexo e parte integrante da presente licitação está descrito como “GARAGEM SOLAR”.

A redação do Edital diz: Item 5 - “**DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PARTICIPAÇÃO (envelope n.º 01)** – Item 5.1.4 - **Documentos para Comprovação de Qualificação Técnica:** ” (grifo nosso)



Por isso, diante do descumprimento do solicitado no Edital, a Comissão Especial de Licitação, deverá inabilitar a empresa STECKERT ENGENHARIA LTDA-EPP, impedindo-a de continuar na licitação.

Pode-se observar de forma bem clara e definida, através do edital e seus anexos, no objeto da licitação, o que a administração pública, através da Câmara Municipal de Porto Alegre, quer contratar, por isso, na documentação de capacidade técnica, apresentada pelas empresas participantes, torna-se necessário, que sejam contempladas a execução de obras com esta similaridade, para que as empresas sejam habilitadas, com relação à documentação técnica.

Em uma análise do item 5.1.4.2, do edital, verificamos que o mesmo consta de forma clara e cristalina que estes atestados / acervos técnicos, deverão atender o seguinte requisito: relativa à execução de obras e serviços, ***pertinentes e compatíveis com os que constituem objeto da licitação, devidamente registrado(s) no CREA. (grifo nosso).***

Vejamos a redação do Artigo 30, da Lei n.º 8.666/93:


A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. (grifo nosso)

§ 1.º - A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.....

Diante disso, como está amplamente arrazoado e fundamentado, nos fatos e argumentos apresentados, quanto a documentação de capacidade técnica, apresentada pela empresa STECKERT ENGENHARIA LTDA-EPP., pois deixou de comprovar a qualificação técnica exigida, para item de fornecimento desta licitação, entendemos que não resta outra alternativa, por parte desta comissão especial de licitação, senão a inabilitação dessa empresa.

A empresa MONTEBRAS MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA., participa há vários anos de licitações públicas e observa-se sempre, que o entendimento e decisão, por parte das Comissões de Julgamento, são invariavelmente no sentido de que sejam mantidas no processo licitatório, o maior número de empresas, permitindo a possibilidade de uma seleção mais vantajosa para o setor público, ***desde que sejam cumpridas integralmente, todas as condições e exigências estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, no processo licitatório, bem como de seus anexos.***



Destacamos, de igual forma, que a empresa, ao longo dos últimos anos, já executou inúmeras obras, com complexidades tecnológicas, iguais ou maiores, que a do objeto ora licitado e com as mais diversas características, em diversos estados, para empresas públicas ou privadas, sempre cumprindo integralmente com as condições técnicas e contratuais estabelecidas, não constando, até esta data, fato algum que pudesse vir em seu desabono.

II – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS:

A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações dispõe:

Art. 3.º - “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.” (grifo nosso)

Art. 41.º - “A Administração não pode descumprir as normas e as condições do edital e seus anexos, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Como acima afirmado, na fase de habilitação e propostas, a atuação da Comissão de Licitações é vinculada e não discricionária. Logo, nessas fases procedimentais há que se ter rigor formal e conceitual, para o estrito cumprimento das normas legais. O ônus de atender as normas é o mesmo para todos os licitantes e há de ser satisfeito na forma exigida. Aqueles que não satisfazem tal ônus não tem o direito de participação na fase seguinte.

Embora a Comissão Permanente de Licitações, seja independente nas suas decisões, há que se *observar atentamente a legislação regulamentadora e os princípios norteadores do processo licitatório*, a fim de não comprometer-se a realização do contrato disputado, o que poderia ocasionar sérios prejuízos à Administração Pública.

III – DO PEDIDO:

De acordo com o que dispõe a Lei 8.666/93 e suas alterações, não devem ser adotados procedimentos e critérios diferentes, entre as empresas participantes, no que se refere à legislação regulamentadora e dos princípios norteadores dos certames licitatórios.

Ora, como está bem evidenciado que a empresa STECKERT ENGENHARIA LTDA-EPP, desatendeu em parte a documentação solicitada, deixando de apresentar e comprovar na integralidade a sua capacitação técnica, pertinente e compatível com o objeto ora licitado, torna-se imperioso a sua inabilitação para prosseguimento no certame.




Após analisados os fatos descritos pela empresa recorrente MONTEBRAS MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA., amplamente fundamentados nos dispositivos legais e, objetivando o resgate da legalidade do presente processo licitatório e para que esta decisão, seja julgada e norteadada na estrita conformidade, com as disposições e princípios básicos da Lei 8666/93 e suas alterações,

REQUER-SE:

- 1) – Seja inabilitada a empresa **STECKERT ENGENHARIA LTDA-EPP**;
- 2) – Em consequência, após decorridos os procedimentos de análise e prazos legais, dando continuidade ao certame, face ao exposto, seja **MODIFICADA** a decisão já proferida, por esta DD. Comissão Especial de Licitação, garantindo assim, o princípio constitucional da isonomia e que esta decisão seja julgada e norteadada na estrita conformidade, com as disposições e princípios básicos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
- 3) – Seja acatado, em todos os seus termos, o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, caso contrário, seja remetido à **AUTORIDADE SUPERIORA**, para idêntica finalidade e para a correta observância dos Princípios da legalidade, Razoabilidade, Impessoalidade e outros, estatuídos na **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** e na Lei n.º 8.666/93.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Getúlio Vargas (RS), 16 de outubro de 2017.



MONTEBRAS MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA.
JONAS CELSO CESCA – Sócio-Administrador
CPF: 389.287.010-15